

ACTA N.º 17/2008

-- Aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano de dois mil e oito reuniram-se, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, em Mafra, os representantes das entidades que, nos termos dos números um e dois do artigo quinto, do Decreto-Lei número sete de dois mil e três, datado de quinze de Janeiro, na nova redacção dada pela Lei número quarenta e um de dois mil e três, de vinte e dois de Agosto, constituem o Conselho Municipal de Educação, com a seguinte ordem de trabalhos: 1) Período antes da ordem do dia; 2) Votação da acta número dezasseis; 3) Balanço do ano lectivo de dois mil e sete/ dois mil e oito. -----

-- Estiveram presentes: o Senhor Engenheiro José Maria Ministro dos Santos, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Mafra e responsável pelo pelouro da Educação; o Doutor Manuel de Magalhães Rocha, em representação da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT); o Senhor Vítor Gonçalves Pereira Rodrigues, representante das Juntas de Freguesia, eleito pela Assembleia Municipal; a Doutora Margarida Branco, em representação do pessoal docente do ensino secundário público; o Professor Alfredo Carvalho, em representação do pessoal docente do ensino básico público; a Educadora Maria Zina Pereira, em representação do pessoal docente da educação pré-escolar pública; o Engenheiro Paulo Brito Luz e o Doutor Paulo Santos, em representação das Associações de Pais e Encarregados de Educação; a Doutora Susana Viana, em representação dos Serviços da Segurança Social; e o Cabo Silva, em representação das Forças de Segurança. Faltaram: o Doutor Joaquim Sardinha, em representação da Assembleia Municipal; o Doutor Agostinho Ribeiro, em representação dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privados; o Senhor João Fernandes, em representação das Associações de Estudantes; o Doutor Rui Venda, em representação dos Serviços Públicos de Saúde; e o Doutor Carlos Pinto, em representação dos Serviços de Emprego e Formação Profissional. Assistiu à reunião a Directora do Departamento Sociocultural da Câmara Municipal de Mafra, Doutora Paula Cordas. -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra deu início à reunião quando passavam quarenta minutos das nove horas, proferindo as boas-vindas e introduzindo o período antes da ordem do dia. -----

-- Tomando a palavra, referiu-se à transferência de competências para as Câmaras Municipais em matéria de educação, nomeadamente em termos da gestão do parque escolar do segundo e terceiro ciclos do ensino básico e da transferência do pessoal não docente. Informou que a Área Metropolitana de Lisboa assumiu uma posição conjunta que passa pela não-aceitação da referida transferência, até que sejam debatidas várias questões com o Ministério da Educação, entre as quais o valor patrimonial dos edifícios, os custos associados à sua reabilitação, assim como o vínculo laboral dos recursos humanos atrás citados e a sua mobilidade, salientando que teve conhecimento da existência de negociações com os sindicatos, sem a participação das Câmaras Municipais, com vista a assegurar que, no período de dois anos, estes funcionários

não mudem de local de trabalho – situação esta que, no futuro, condiciona a capacidade autárquica de gestão destes recursos. Após estas considerações prévias, referiu-se ao caso concreto do Município de Mafra, informando os presentes de que a Câmara Municipal, com a participação dos técnicos da DRELVT, efectuou uma vistoria para avaliar a qualidade dos edifícios e dos equipamentos das escolas básicas do segundo e terceiro ciclos do Concelho de Mafra. Aferiu-se a necessidade de realização de obras de conservação, de carácter urgente, que garantam as condições mínimas de habitabilidade dos edifícios, bem como a necessidade de aquisição de equipamentos. Quanto à questão do pessoal não docente, informou que, a concretizar-se a referida transferência, a Câmara Municipal vai receber cerca de duzentos e oitenta funcionários, muitos deles de idade avançada e em número manifestamente insuficiente para assegurar o trabalho administrativo, a limpeza diária dos espaços e ainda o devido acompanhamento aos alunos – para mais quando o Município de Mafra está a ser objecto de um amplo processo de reordenamento do parque escolar, ao nível do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, que se traduz na construção de modernos complexos educativos que, dotados de áreas de circulação generosas e amplos logradouros, reúnem ainda múltiplas valências. Ora, esta tipologia de funcionamento não se coaduna com os recursos até agora existentes, pelo que se torna necessário proceder à contratação de mais pessoal. No entanto, além destes custos directos, serão imputados à Autarquia custos indirectos, na medida em que se antevê a necessidade de reforço dos meios humanos afectos à Divisão de Recursos Humanos da Câmara Municipal, para processamento de salários e outras tarefas administrativas. Face ao exposto, e considerando a necessidade de esclarecer e regular todas estas questões, o Senhor Presidente considera pouco provável que a transferência de competências seja concretizada ainda antes do início do ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove. No entanto, entende que o mês de Janeiro não será uma solução adequada, uma vez que pode perturbar o normal funcionamento do ano lectivo. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu-se ao projecto municipal de requalificação do parque escolar do pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, comunicando que se prevê a abertura de seis novos estabelecimentos de ensino no início do ano lectivo de dois mil e oito/dois mil e nove, sendo que, quanto aos restantes quatro também em construção, se estima a sua conclusão já durante o decorrer do ano lectivo. Neste caso concreto, a transferência dos alunos para os novos edifícios terá de ser articulada directamente com os Agrupamentos de Escolas, a fim de minimizar quaisquer questões de integração que condicionem o normal funcionamento dos trabalhos educativos. -----

-- No uso da palavra, o Presidente da Câmara Municipal dirigiu-se ao Senhor Cabo Silva, dizendo que solicitou um parecer jurídico para avaliar da legalidade de utilização de uma viatura com anúncio luminoso destinado a informar os automobilistas da existência de radares para controlo da velocidade. Explicou que, no essencial, o que está em causa é uma diferença de entendimento: enquanto que as Forças de Segurança recorrem aos radares para punir os

automobilistas por excesso de velocidade, a Câmara Municipal pretende, antes, sensibilizá-los para uma redução da velocidade e, conseqüentemente, contribuir para uma diminuição da sinistralidade. Trata-se de uma atitude municipal de prevenção, no âmbito das suas competências em matéria de protecção civil. -----

-- Interveio o Doutor Manuel de Magalhães Rocha, saudando os presentes, na medida em que este é o primeiro Conselho Municipal de Educação de Mafra no qual participa. Nesta sequência, informou que a sua presença é o reflexo de uma reestruturação dos próprios serviços de educação. Até há bem pouco tempo, o Concelho de Mafra estava ligado ao Centro da Área Educativa do Oeste (CAEO). Considerando que este faz parte da Área Metropolitana de Lisboa, verificou-se uma alteração, pelo que informou os presentes do seguinte: «A equipa que coordeno recebeu, como “presente”, o Concelho de Mafra, para além de Sintra e Cascais. São três municípios que, do ponto de vista histórico, têm grandes afinidades, mas já não tanto em termos dos problemas da rede escolar. Cabe-me fazer um elogio à Câmara Municipal de Mafra em termos da sua aposta na reestruturação do parque escolar, sendo um exemplo a seguir». Acrescentou ainda que, no próximo ano lectivo, será dinamizado um trabalho de maior proximidade entre a equipa que coordena e as próprias escolas. Sublinhou que o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove será, essencialmente, marcado por várias reestruturações, em função da implementação de um novo modelo de gestão que implica uma responsabilização mais nominal na figura do director da escola, mas também uma maior proximidade face à comunidade local, na medida em que o Conselho Geral integrará seis elementos da mesma. Portanto, marca uma forma diferente de olhar para a escola, numa perspectiva de abertura. Acrescentou ainda que a DRELVT partilha das preocupações expressas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, «enquanto entidade intermédia que contacta directamente com as escolas e com os seus problemas reais. Os protocolos com as Autarquias vão trazer um trabalho acrescido, porque é necessário operacionalizar, no terreno, questões como o rácio do pessoal não docente, que o Senhor Presidente da Câmara Municipal bem sublinhou. Isto implica uma negociação muito permanente. Quanto ao problema do estado geral dos edifícios e do material geral, está também a ser aplicado um sistema contabilístico semelhante ao POCAL. É um processo que está, neste momento, a decorrer. Devido ao trabalho que a Câmara Municipal de Mafra está a efectuar na requalificação do parque escolar do primeiro ciclo, o investimento centra-se agora no segundo e terceiro ciclos, situação esta que está a ser alvo de negociação. Quanto ao ensino secundário, a responsabilidade continua a ser do Ministério da Educação». Referindo-se ainda ao novo modelo de avaliação dos docentes e às novas regras para o concurso dos professores, disse: «Espera-nos um ano de muito trabalho. Portanto, o Conselho Municipal de Educação tem aqui um papel preponderante neste processo, na articulação entre as várias instituições. Afinal, todos nós temos a plena convicção de que a escola é o futuro do país. O que a escola for, é o que podemos esperar da nossa sociedade». --

-- Tomou a palavra a Doutora Margarida Branco, informando que a Escola Secundária José

Saramago foi integrada no programa de modernização das escolas secundárias: «As obras vão iniciar-se daqui a um ano. Neste momento, está a ser elaborado o projecto, que se traduz numa ampliação da escola. Actualmente, temos vinte e três salas de aula e o que está previsto é passarmos para cerca de trinta e cinco, para além de toda a remodelação dos restantes espaços escolares, como laboratórios, salas de informática, oficinas, refeitório, etc.». -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal comentou que «por vezes, a falta de dinheiro faz-nos tomar más decisões, já que, em determinadas situações, é preferível construir de raiz do que tentar fazer obras de ampliação». A proposta apresentada à Câmara Municipal para a escola básica do segundo e terceiro ciclos de Mafra passa, também, por uma ampliação. Todavia, é sua opinião que o referido estabelecimento de ensino está esgotado no tempo, pelo que era preferível elaborar um projecto para uma nova construção. Acrescentou ainda que na análise do insucesso escolar existem várias premissas a ter em conta e uma delas é o estado físico da escola. Concluiu, dizendo: «No início de cada ano lectivo, o aluno deve ter prazer em regressar à escola. Porém, ver mais do mesmo, é um factor de desmotivação, até porque as condições da sua casa são muito superiores ao que a escola lhe pode oferecer. Se queremos fomentar no aluno uma disponibilidade para aprender, tem de se pensar que o edifício da escola é fundamental». -----

-- Terminado o período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente passou ao ponto seguinte, colocando à votação a acta número dezasseis, que foi aprovada por unanimidade. ---

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o terceiro ponto da ordem dos trabalhos, denominado "Balanço do ano lectivo de dois mil e sete/ dois mil e oito". Neste sentido, lançou o repto a todos os presentes, de forma a que, no âmbito das suas competências, o Conselho Municipal de Mafra possa assumir um papel mais interventivo. De modo a que tal seja viável, lembrou que, nos termos da legislação em vigor, o representante do Ministério da Educação deve apresentar, em cada reunião, um relatório sintético do funcionamento do sistema educativo, possibilitando a sua adequada análise por parte dos membros que compõem o Conselho Municipal de Educação. Em seguida, passou a palavra à Doutora Paula Cordas, Directora do Departamento Sociocultural, que apresentou um balanço do funcionamento da Componente de Apoio à Família (CAF) durante o ano lectivo atrás citado.

-- A Doutora Paula Cordas referiu que, no âmbito do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, a Câmara Municipal assegurou o fornecimento de mil novecentas e trinta e cinco refeições por dia e desenvolveu actividades de prolongamento de horário para setecentos e vinte e um alunos/ dia. Para o ano lectivo de dois mil e oito/ dois mil e nove registam-se, actualmente, duas mil novecentas e dezasseis inscrições para a refeição e mil setecentas e setenta e nove para o prolongamento de horário. No entanto, e à semelhança de anos anteriores, verifica-se um reduzido número de inscrições por parte das crianças do primeiro ano, pelo que apelou à colaboração dos Agrupamentos de Escolas na divulgação de informação sobre estes serviços junto dos encarregados de educação. Quanto ao funcionamento da CAF,

relembrou que foram organizadas diversas acções de formação especialmente dirigidas aos funcionários que trabalham nos refeitórios. Numa perspectiva de controlo da qualidade, referiu a realização de noventa e quatro análises a utensílios e superfícies de contacto (talheres, pratos, copos, bancadas, etc.), bem como dezanove análises aos alimentos e cinquenta e cinco à higiene pessoal das mãos dos funcionários. Procedeu-se, ainda, à implementação de um programa de controlo de pragas e roedores. Destacou também a elaboração de planos de higienização, por espaço, com a utilização de produtos bactericidas e fungicidas, numa perspectiva de desinfectação e prevenção. No que se refere ao funcionamento dos transportes escolares, a Doutora Paula Cordas recordou a existência de perturbações do início do ano lectivo, devido à existência de alunos que não cumprem os encaminhamentos pedagógicos e, neste sentido, contribuíram para a sobrelotação de determinados circuitos. No decorrer do ano, verificaram-se ainda situações de indisciplina por parte dos alunos, pelo que, com a colaboração dos Agrupamentos de Escolas, das empresas transportadoras e também do projecto "Escola Segura", foi desenvolvida uma campanha de sensibilização junto dos encarregados de educação e dos alunos. Recordou ainda que a Câmara Municipal desenvolveu acções de formação dirigidas às vigilantes dos circuitos especiais de transportes escolares, de acordo com a nova legislação. Quanto às Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC), salientou que, pela primeira vez, a prestação do serviço foi assegurada pelos Colégios Miramar e Santo André em dois dos quatro Agrupamentos de Escolas do Concelho de Mafra, tendo-se constatado a qualidade do corpo docente. Salientou que, no decorrer do ano lectivo, os encarregados de educação formularam várias questões quanto à flexibilização do horário das AEC, situação que continuará a verificar-se no próximo ano lectivo devido às dificuldades na contratação do pessoal docente. -----

-- Interveio o Engenheiro Paulo Brito Luz, questionando sobre quais as garantias de opção para os encarregados de educação que não pretendem que os seus educandos frequentem as AEC, mas que se vêem confrontados com situações de flexibilização de horário. -----

-- Respondeu a Doutora Paula Cordas, referindo que, de acordo com o que foi previamente combinado com os Agrupamentos de Escolas, a flexibilização de horário será, preferencialmente, realizada nas turmas do terceiro e quarto anos, na medida em que os alunos têm um maior grau de autonomia. Tal significa que as crianças do primeiro e segundo anos poderão sair, sempre, a partir das quinze horas e trinta minutos, caso não pretendam frequentar as AEC. Concluiu, dizendo que, para os alunos do terceiro e quarto anos, não é possível propor soluções alternativas. -----

-- Tomando novamente a palavra, o Engenheiro Paulo Brito Luz explicou a sua proposta, avançando um exemplo concreto: «havendo quatro turmas do quarto ano, bastaria que apenas uma não flexibilizasse o horário para que se pudesse apresentar uma alternativa para os alunos que não frequentam as AEC». -----

-- Em resposta, a Doutora Paula Cordas informou que os horários de cada turma são elaborados directamente pelos Agrupamentos de Escolas. No entanto, alertou que a proposta avançada parece ser de difícil aplicação, na medida em que as turmas estão previamente criadas e, ao constituir-se uma turma com horário alternativo que reúna todos os alunos não interessados em realizar as AEC, não será possível assegurar a sua continuidade pedagógica. Ainda sobre este programa, salientou que as faltas dos alunos nas AEC passarão a contar para o limite de faltas total. Terminando, disse: «apesar da frequência das AEC ser facultativa, uma vez inscritos os alunos têm o compromisso de frequentar as actividades». -----

-- No uso da palavra, o Doutor Paulo Santos salientou que este último tópico tem motivado o debate de ideias. Acrescentou: «enquanto encarregado de educação, eu considero que as faltas devem ser entendidas como uma forma de controlo da assiduidade do aluno nas AEC. Todavia, é minha opinião que tal não deve influenciar a avaliação final do aluno, desde logo porque a frequência é facultativa. A situação é semelhante ao que se verifica com o desporto escolar no segundo e terceiro ciclos do ensino básico». -----

-- Interveio o Doutor Manuel de Magalhães Rocha, explicando que «este é um aspecto essencialmente formativo, mas também disciplinar. As AEC são, de facto, facultativas, mas quando se assume efectuar a inscrição, esta deve ser assumida na plenitude. Por outro lado, este é um factor associado à gestão da escola, numa perspectiva de segurança do aluno, porque quando se efectua a inscrição, sabe-se que este tem de estar presente nas AEC. Claro que as AEC nunca serão um factor decisivo para a progressão ou não do aluno, mas é uma componente importante do ponto de vista do desenvolvimento pessoal e da disciplina. Além disso, os encarregados de educação assumem, pelo menos, o compromisso de avisar quando o aluno tem de faltar. Acresce ainda que, sem um controlo de faltas, é impossível saber quanto se gasta e qual o horizonte total de alunos, o que dificulta a gestão autárquica». Seguidamente, respondendo à proposta apresentada pelo Engenheiro Paulo Brito Luz sobre a constituição de turmas alternativas à flexibilização de horário, salientou que tal depende, em muito, da estrutura da própria escola, mas torna-se dificilmente exequível quando as turmas são compostas por alunos de vários anos. -----

-- O Engenheiro Paulo Brito Luz informou que alguns encarregados de educação «consideram que as AEC significam um aumento do volume de aulas, tanto mais que determinados alunos chegam ao final do dia bastante cansados». -----

-- Em resposta, o Doutor Manuel de Magalhães Rocha esclareceu que este aspecto está bastante claro na definição metodológica das AEC, ou seja, «estas actividades não têm manual e, como tal, devem fazer a introdução das crianças em matérias diferenciadas, como o inglês. Por isso é que os Agrupamentos de Escolas têm a responsabilidade directa de fazer a relação pedagógica com os outros ciclos de ensino, nomeadamente com o segundo. Senão, correremos o risco de, chegados ao quinto ano, os alunos estejam a aprender os mesmos conteúdos. Nesta medida, as AEC têm de ter um pendor lúdico na introdução de novas matérias». -----

-- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal disse concordar com a implementação do sistema de marcação de falta aos alunos, na medida em que tal permite vincular a participação dos mesmos nas AEC. -----

-- Interveio o Doutor Paulo Santos, dizendo: «não discordo da marcação de faltas, mas antes do que daí possa advir». -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal sublinhou que «a competitividade internacional assume proporções cada vez maiores. Portanto, não se perde nada em reequacionar o procedimento disciplinar aplicado aos alunos, numa perspectiva pedagógica». -----

-- Tomou a palavra o Engenheiro Paulo Brito Luz, referindo-se ao projecto "Escola Segura" e informando da existência de situações que considera serem de "excesso de zelo" na punição do estacionamento indevido por veículos dos encarregados de educação. Informou ainda que, nas imediações da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Venda do Pinheiro, se verifica a existência de grupos de jovens que permanecem no local durante bastante tempo e que, aparentemente, não são alunos do estabelecimento de ensino». -----

-- O Senhor Cabo Silva informou que «esta escola foi a que, durante este ano lectivo, apresentou maiores problemas. Na sua maioria, são jovens que frequentam a Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos da Venda do Pinheiro e o Colégio Santo André, mas que não residem no Concelho de Mafra e que se juntam com outros que não estão a estudar. Mas, estes problemas verificaram-se fora do espaço físico da escola, o que tem de ser sublinhado». -----

-- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a minimização dos problemas de segurança passa, muitas vezes, por assegurar que os alunos permaneçam no recinto da escola, onde têm o acompanhamento dos professores e dos auxiliares. Contudo, verificam-se situações de encarregados de educação que autorizam a saída dos seus educandos. Enumerando o exemplo da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Mafra, disse ter constatado a existência de alunos que se concentram junto ao portão e que, aparentemente, entram e saem com frequência do interior da escola. Neste sentido, sugeriu que as Associações de Pais fossem mais interventivas neste aspecto, definindo procedimentos comuns quanto às autorizações dadas para a saída dos alunos e colaborando com a escola. -----

-- O Doutor Paulo Santos referiu que, no caso concreto da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos de Mafra, os alunos dispõem de cartão magnético para controlo das entradas e saídas, mas estes «só têm autorização para sair no intervalo grande do período da manhã, na hora de almoço e no final das aulas. No interior da escola, verifica-se ainda uma situação de controlo por parte dos professores e dos auxiliares para que os alunos estejam efectivamente presentes nas salas de aulas e que não estejam, por exemplo, a circular no recinto da escola». No entanto, acrescentou que muitas destas questões estão associadas a um problema de sobrelotação do próprio estabelecimento de ensino: «por vezes, os alunos têm de recorrer à oferta do exterior, porque o bar da escola não tem capacidade de resposta. Formam-se filas enormes e não se consegue servir o número elevado de alunos. Este é um problema de estrutura. Portanto,

também sou da opinião do Senhor Presidente quando diz que a solução passaria por construir uma nova escola. Como eu já havia dito uma vez neste Conselho Municipal de Educação, os alunos saem do pré-escolar e do primeiro ciclo com condições excepcionais e depois vão para uma escola do segundo e terceiro ciclos que não corresponde a esta realidade». -----

-- Reforçando a ideia veiculada pelo Doutor Paulo Santos, a Doutora Margarida Branco disse «para a quantidade de alunos que a escola tem, é impossível dar resposta com as actuais condições. Também na Escola Secundária se verifica que, no intervalo, os alunos optam por tomar a sua refeição no exterior, porque não têm tempo útil para o fazer no bar da escola». --

-- A Doutora Paula Cordas questionou sobre a possibilidade de colocação de uma máquina para venda de alimentos. -----

-- Em resposta, o Doutor Paulo Santos informou que «existe uma máquina, mas esta não tem capacidade de resposta, embora a pessoa encarregue de a abastecer o faça todos os dias». ---

-- O Doutor Manuel de Magalhães Rocha referiu que «a escola tem autonomia para definir que máquinas e que quantidade de máquinas quer disponibilizar aos alunos». -----

-- Encerrado este ponto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu a palavra à Doutora Paula Cordas para efectuar uma breve apresentação dos projectos municipais para crianças e jovens, realizados durante o período do Verão. -----

-- A Doutora Paula Cordas informou o seguinte: «Neste momento, já está a decorrer o projecto "Escolas de Verão", sendo que, pela primeira vez, a participação das crianças está sujeita ao pagamento de vinte e cinco euros. Registámos quatrocentos e treze inscritos para este programa que decorre até vinte e dois de Agosto. As "Actividades nas Interrupções Lectivas de Verão" realizam-se até ao fim do mês de Julho e tiveram mil e cinquenta e cinco participantes. A "Academia Divertida" constitui uma novidade, tendo lugar no mês de Agosto e na primeira quinzena de Setembro, apoiando as famílias até ao início das aulas. Registam-se duzentos e quarenta e oito inscritos, dos quais apenas dois vão frequentar as sete semanas de actividade. No âmbito das artes plásticas, a Câmara Municipal organiza os "Pintores", no Jardim do Cerco, Casa de Cultura da Malveira e Parque de Santa Marta, com um total de cento e trinta e cinco participantes. Já as "Férias Desportivas de Verão", que decorrem em vários pontos do concelho, somam mil quatrocentos e noventa e seis inscritos. Foram ainda distribuídos dois mil quatrocentos e trinta passes do projecto "vou_de_ferias@com.camara", que permite uma entrada gratuita no cinema e nas piscinas aos alunos das Escolas Básicas do segundo e terceiro ciclos, da Escola Secundária, Escola Profissional e dos Colégios Miramar e Santo André. A Autarquia organiza também os "Jovens em Acção", sendo que para as cento e dez vagas existentes se verificou mais do dobro dos inscritos. Inclui-se neste último projecto também os "Jovens Monitores", os "Jovens nas Piscinas", os "Jovens Arqueólogos", os "Jovens Vigilantes da Floresta" e este ano, pela primeira vez, os "Jovens Vigilantes do Património"». ---

-- Nada mais havendo a tratar, a reunião do Conselho Municipal de Educação de Mafra foi dada por encerrada quando passavam cinquenta e oito minutos das dez horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----
